CALDEIRA, Jorge. *História do Brasil com empreendedores*. São Paulo: Mameluco, 2009: 334.

O POVO É A ALMA DO NEGÓCIO

Bruno Pompeu[1]

Mostrando desde o primeiro parágrafo ainda do introito o tom objetivo e a argumentação bem documentada que vão perdurar por todo o livro, Jorge Caldeira faz com que se inicie a leitura de *História do Brasil com empreendedores* pela apresentação de um panorama histórico, social e econômico. De maneira bastante detalhada o autor mostra – amparado em dados numéricos, datas, apontamentos e registros formais – que, durante nossos três primeiros séculos, sempre houve, por todo o território brasileiro, um forte mercado interno. Não só isso: um mercado interno dinâmico, quase sempre em estado de crescimento, altamente independente de Portugal, em larga medida composto por homens livres não possuidores de escravos, surgido no seio de uma sociedade aberta. Surpreende.

Daí o autor passa à primeira parte do seu livro, aquela destinada a mostrar como o conceito do "latifúndio agrário-exportador" – atribuído a Caio Prado Júnior, no seu *Evolução política do Brasil* – foi construído teoricamente e como se converteu em categoria plenamente aceita, ainda que criada em bases pouco sólidas tanto do ponto de vista factual quanto do ideológico.

E o trabalho de Jorge Caldeira na demonstração de como essa categoria é, se não vazia, inadequada para uma compreensão mais realista da nossa história, é árduo. Até porque, para se desconstruir um conceito tão repetido e repercutido, tão aparentemente verdadeiro, tão unanimemente aceito, realmente se precisa de muito esforço.E o esforço do autor é em grandes proporções no sentido de reconstruir metodologicamente a obra de Caio Prado Júnior, para entender seus objetivos, para conhecer seus fundamentos teóricos, para que se saiba seu posicionamento político-social etc.

De longe, Caio Prado Júnior poderia ser considerado um autor marxista – apesar da origem absolutamente rica, aristocrática e elitista que lhe dava a história da sua família, minuciosamente escrutinada por Caldeira, aliás. Mas uma investigação mais detalhada (como

[1]Doutorando em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Bolsista CAPES. Mestre pela mesma instituição. Publicitário, professor do Instituto Europeodi Design. Membro do GESC3 - Grupo de Estudos Semióticos em Comunicação, Cultura e Consumo E-mail: brupompeu@uol.com.br.

a também feita por Caldeira) revela um marxista de fontes limitadas, sem acesso aos textos realmente importantes de Karl Marx. Caldeira mostra ao leitor como o engajamento de Prado Júnior ao marxismo se dá ora se escorando em autores hoje nitidamente tidos como ultrapassados – para não dizer retrógrados –, caso de Oliveira Viana; ora tomando por base textos pouco significativos da teoria marxista, o que o impediu de seguir tal método com o rigor recomendável.

Na sequência, procurando examinar semelhanças e discrepâncias entre as obras de Prado Júnior e Oliveira Viana, Jorge Caldeira passa longos trechos explicando pensamentos políticos – como o aristotélico e o seu derivado corporativismo –, sempre em oposição à noção iluminista do Estado contratual, a fim de deixar evidente que, se Prado Júnior aderiu ao marxismo pelas ideias de Oliveira Viana, não tinha como não se impregnar também com o seu corporativismo maniqueísta. Porque Viana se faz corporativista para justificar posições políticas, sociais e econômicas antagônicas ao modelo liberal iluminista, chegando a cunhar ele mesmo – sim, foi ele e não Caio Prado Júnior – o termo "latifundiário" para designar um inimigo. Criado o antagonismo, criou-se também a categoria analítica e não foi preciso muito para que intelectuais de verdade, pseudo-estudiosos, esquerdistas legítimos e socialistas de araque adotassem o "latifúndio" com ardor.

Só que Caldeira já mostrou tanto o entortado do pensamento de Oliveira Viana quanto as falhas metodológicas de Prado Júnior. E, além disso, percebeu que o latifúndio imaginado por esses autores – e empunhado por vários outros como "explicação das causas do subdesenvolvimento brasileiro" (p. 111) – foi realmente... imaginado, talvez idealizado. Porque pouco comprovável com dados históricos; porque facilmente questionável com evidências documentais. E as consequências de se adotar essas categorias marxistas sem as devidas investigação e confirmação é fazer com que desapareçam da história analisada aspectos que, se não são essenciais, são extremamente importantes para a sua compreensão. Aspectos que desapareceriam porque não se enquadrariam em nenhuma das duas categorias analíticas marxistas: nem no latifúndio, nem na escravidão. Aspectos que, muitas vezes (como é o caso aqui), podem guardar segredos que precisam ser revelados.

A esses aspectos é que se dedica Caldeira nas páginas seguintes, chegando a sugerir "que se veja com reserva o valor histórico dos processos descritos por Caio Prado Júnior" (p. 121). Porque pesquisas empíricas respeitáveis já comprovam no Brasil dos primeiros séculos a existência de uma mobilidade social, de um mercado interno, e de tantos outros elementos, que são simplesmente ignorados pelos preceitos teóricos advindos do "latifúndio". Exemplos

que comprovam grande discrepância entre a norma marxista e a realidade histórica começam, então, a ser apresentados por Caldeira e é aí que se passa por trechos mais saborosos do livro, já que mais narrativos, menos argumentativos, cheio de detalhes interessantes levantados pelo brilhante pesquisador. Como, por exemplo, a história do padre Guilherme Pompeu de Almeida, que enriqueceu no Brasil colonial por esforço próprio, sem latifúndio, sem nada. A história relatada é um resumo do livro em dois volumes que Caldeira publicou em 2006, *O banqueiro do sertão*, valendo-se, portanto, de um recurso comum no meio acadêmico, que, neste caso, só faz enriquecer a obra em tela.

Mas o fato é que a história do padre paulista ajuda a convencer o leitor de que, sim, havia no Brasil primordial mercado interno, mobilidade social etc. E, já convencido dessa hipótese, passa-se à segunda parte do livro, em que o autor vai percorrer toda a nossa história – sempre a partir de um prisma caleidoscópico, que mistura cacos de antropologia, com fragmentos de economia e miçangas políticas – mostrando como se deu a formação desse pululante mercado interno.

A constante presença aqui do estrangeiro – do colonizador, do escravo, do pirata, do degredado, do fugido – e os próprios movimentos migratórios internos apontam para uma vontade comum: "principiar o novo, continuar, progredir, levar adiante – e, especialmente, tentar enriquecer" (p. 171). É o primeiro indício levantado pelo autor de que a movimentação econômica sempre esteve presente no Brasil. E teria sido assim desde o princípio, porque o próprio índio tupi teria na sua essência a prática de receber em casa o que viesse de fora, como forma de evolução espiritual e também de enriquecimento. Daí o casamento como "instrumento de mediação" (p. 187) ter sido (e continuar sendo) algo tão comum no Brasil, mostrando que, para nós, os vínculos comerciais devem ser também pessoais, cordiais (HOLANDA, 1995, p. 147).

Assim, ao longo dos séculos, a população brasileira – aquela "esquecida" pelos marxistas, adeptos do latifúndio como categoria máxima –, livre, imensa, intermediária, ia acumulando mercadorias, praticando trocas, estabelecendo vínculos produtivos, mas com uma característica especial: sem a presença de moeda. É que poucos dobrões vinham da metrópole (e o mercado estava mesmo desvinculado desta) e não havia por aqui, ainda, o ouro. Mas é preciso salientar que "um arranjo específico gerado no Brasil, no início do século XVII, podia ser mais produtivo para o capital que as fórmulas europeias do final do século XVIII" (p. 193). E esse "arranjo" era composto por formas de troca bastante peculiares, tipicamente nossas, a que se dedica Caldeira nos trechos adiante. A saber: o resgate, o fiado e o dote.

Por resgate pode-se entender a troca generalizada feita com o nativo transformado em proprietário de bens alienáveis. Era uma troca, mas não apenas isso. O resgate era também parte de uma aliança que o nativo (tupi, guarani ou descendente) construía: "exigia mais que trocas de objetos. Seguia necessariamente um ritual simbólico, que implicava prestações de serviços entre as partes" (p. 218).

Já o fiado seria algo um pouco mais complexo – uma "operação mercantil ocidental" (p. 247) –, mas igualmente livre da interferência da moeda. De característico, têm-se as figuras do fornecedor e do recebedor, que, pelas próprias bases do fiado, ficam envolvidos por um longo período de tempo, com as produções de um e de outro profundamente ligadas.

O livro segue nessa toada, mostrando, com dados e documentos, que o mercado interno brasileiro sempre foi algo relevante, que só tinha sido esquecido até agora pelo fácil que é acreditar na simplicidade maniqueísta do latifúndio agrário-exportador, do senhor, do escravo, da colonização portuguesa simplesmente interessada em espoliar etc. Jorge Caldeira amplia o campo de visão e inclui no panorama histórico do Brasil uma imensa massa popular que sempre trabalhou, que sempre soube aproveitar oportunidades, que em pouca medida tinha escravos a seu serviço, que do pouco sabia fazer muito, que, enfim, empreendia e, assim, conseguiu prosperar no Brasil, sem a participação de Portugal, sem a presença do capital na forma de moeda.

Questões igualmente importantes, como o governo e a hierarquia social, são também abordadas pelo autor, mas sempre no sentido de mostrar como, qualquer que fosse o cenário político ou social do Brasil, o mercado interno permanecia ativo e crescente.

E assim permaneceria até que o mundo virasse capitalista. Nessa virada, Brasil e Portugal se separam definitivamente e "aquilo que era positivo até o momento anterior subitamente adquire um novo caráter" (p. 322). A economia brasileira se torna ínfima (principalmente se comparada aos Estados Unidos e a outras nações capitalistas), uma sucessão de decisões políticas impede que o progresso econômico aqui se faça presente de maneira satisfatória e palavras como juros, giro e crédito passam a significar problemas. Problemas até hoje latentes em nosso país.

História do Brasil com empreendedores é um grande livro, desses de texto bem acabado, de fluência saborosa, com a língua em estado de sedução, de leitura envolvente, inspiradora, comovente e apaixonante? Não. Trata-se de um livro bastante acadêmico, de linguagem simples, direta e, portanto, quase nada envolvente. Trata-se de um livro sem as

graças de um Gilberto Freyre, os arroubos de um Caio Prado Júnior ou as inflamações de um Darcy Ribeiro.

Mas *História do Brasil com empreendedores* é, sim, um grande livro, na medida em que apresenta uma pesquisa seriíssima, importantíssima que, por menos sedutora que pareça, precisa ser levada adiante e precisa ser considerada por todos.

Como trabalho acadêmico, o livro tem um tom linear e objetivo. Sua estrutura é simples: o autor tem uma hipótese e quer demonstrar para o leitor que sua hipótese é verdadeira. Mas trata-se de uma hipótese difícil, antipática, pouco envolvente, que vai se pôr em confronto com caciques de peso como os acima citados. Por isso, para conseguir envolver o leitor e, mais do que isso, para conseguir levá-lo adiante e mostrar que sua hipótese é verdadeira, é que Caldeira precisa de tantos dados, de tantos documentos, de tantas comprovações, de tantos relatos, de tantas citações. Daí, o livro se avoluma, o livro se aridifica, o livro pesa. Mas quem chega ao seu final chega convencido.

Porque o que Caldeira apresenta é realmente novo (para a maior parte da população) e o cenário apresentado impressiona pela grandeza, surpreende pelo impressionante e instiga pelo surpreendente. E convence.Até porque tira dos nossos ombros (que inevitavelmente bem portugueses, índios e negros) o fardo de sermos responsáveis, de uma forma ou de outra, pelas causas históricas que impedem nosso progresso; e põe sobre nossas cabeças (que ao mesmo tempo bem brasileiras) os louros de já termos feito muito por esse progresso, restando apenas a nós, agora, a tarefa de resgatar essa alma empreendedora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDEIRA, Jorge. *O banqueiro do sertão*. São Paulo: Mameluco, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*: colônia e império. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Recebimento: 30/11/2011
Aprovação: 05/12/2011